

Senado aprova novos direitos para empregados domésticos

Também são acolhidos pelo plenário o número único de registro civil e mudanças no Código de Mineração, com o objetivo de simplificar o acesso aos recursos do subsolo

Jonas cobra do governo recursos para o plantio

Embora anunciado em julho, no Palácio do Planalto, o Plano de Safra até agora não foi implementado, segundo afirmou ontem o senador Jonas Pinheiro. Ele cobrou do governo a definição de normas operacionais e recursos para viabilizar o plantio, ressaltando que promessas não cumpridas desestimulam ainda mais os agricultores. **Página 5**

Simon estranha liberação de tarifas bancárias

O senador Pedro Simon afirmou ontem não entender "a simpatia exagerada" que o governo nutre pelo sistema financeiro. Simon estranha que tenham sido liberadas "assim, num *vapt-vupt*, todas as tarifas bancárias". **Página 4**



Fernando Bezerra

Os empregados domésticos obtêm novos direitos segundo proposta aprovada ontem pelo plenário do Senado. O substitutivo a projeto de lei da Câmara, que agora volta a ser apreciado pelos deputados, assegura os seguintes benefícios: salário mínimo, irredutibilidade do vencimento, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, licença-gestante de 120 dias, licença-paternidade de cinco dias, aviso prévio, aposentadoria, FGTS, seguro-desemprego, vale-transporte e alimentação suficiente e sadia, na qualidade consumida pelo patrão.

Também foi aprovado ontem pelo plenário do Senado projeto que visa a simplificar o acesso aos recursos do subsolo brasileiro. Relator da matéria, o senador Fernando Bezerra destacou que o texto acatado vai racionalizar procedimentos, reduzir custos e simplificar controles e processos no setor.

Os senadores aprovaram ainda projeto que institui número único de registro civil pelo qual cada cidadão será identificado. **Página 3**

Mauro defende Olimpíadas de 2004 no Brasil

Para que as Olimpíadas de 2004 sejam realizadas no Brasil, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) acredita que o governo, através do ministro dos Esportes, Pelé, e do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, precisa



Mauro Miranda

manter-se à altura do esforço olímpico exibido em Atlanta pelos atletas brasileiros e formular uma estratégia que torne essa proposta vencedora. Mauro afirmou ontem que o primeiro grande passo a ser dado será convencer a cúpula mundial de que o País está entronizado neste universo exigente de

infra-estruturas apropriadas.

- É necessário começar já, para não perder o embalo deste momento favorável, em que o País conquistou a marca inédita de 15 medalhas. É preciso dar condições para o surgimento de atletas, como centros olímpicos

nas universidades, ginásios poliesportivos nas cidades de médio porte e quadras de esporte em todos os municípios.

Mauro Miranda fez questão de registrar que o avanço brasileiro nas Olimpíadas de Atlanta não resultou exclusivamente da consciência e empenho dos atletas. Segundo o senador, o Comitê Olímpico

Brasileiro (COB), sob a presidência de Carlos Arthur Nuzman, passou por grandes melhorias qualitativas nos últimos anos.

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) também cumprimentou os atletas nacionais e lamentou a morte de um torcedor brasileiro, vitimado por uma briga na Argentina.

Pedro Simon (PMDB-RS) observou que o fato é isolado no quadro de fortalecimento das relações entre Brasil e Argentina. A seu ver, os argentinos devem estar tão envergonhados quanto os brasileiros ficaram com a tentativa de botar fogo na Embaixada da Nigéria. A questão das Olimpíadas foi abordada também por Eduardo Suplicy. **Página 5**

Fogaça questiona critério de tempo de contribuição

Página 6

Desemprego no Distrito Federal preocupa Valmir

Senador afirma que o problema é sério, está evoluindo e falta ação do governo petista para que sejam encontradas as soluções de interesse da população de Brasília

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou ontem que a questão do desemprego já é um sério problema em Brasília. Segundo disse, existe atualmente um contingente de 150 mil pessoas sem emprego na capital federal. A seu ver, faltam ação e interesse do governo do Distrito Federal pelas causas que interessam à população.

- O desemprego está evoluindo vertiginosamente em Brasília, ameaçando explodir em desordens, saques e violência. O que causa espécie é o imobilismo da ad-



Valmir teme que desemprego acabe em convulsão social no DF

ministração petista. Onde estão as propostas, os planos de criação de empregos tão amplamente divulgados pelo PT na época das eleições? Não adianta desen-

volver teses acerca das causas do desemprego. O povo quer solução, quer emprego para seus filhos - afirmou o parlamentar.

Para Valmir Campelo, a

solução definitiva da questão do desemprego só virá com uma política geral de desenvolvimento, capaz de motivar grandes investidores estrangeiros a aplicarem no Brasil.

- Urge que se acelere o processo de privatização das estatais e partir para a modernização das indústrias que se encontram defasadas tecnologicamente. No irreversível processo de globalização em que estamos vivendo, providências como estas são básicas e essenciais - asseverou o senador.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

11h - Recebe o deputado estadual paulista Lobe Neto (PMDB).

11h30 - Recebe o deputado Augusto Nardes (PPB/RS), presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, e outros deputados.

14h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado.

15h - Recebe integrantes da Comissão de Organização das Jornadas de Timor Leste da Universidade do Porto (professores Antonio Pinto B. de Magalhães, Judith Barbedo, padre José Lopes Batista e Roque Félix Jesus Rodrigues, embaixador do Timor Leste em Angola).

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 30/96, que trata da reforma da educação; *Substitutivo ao PLC nº 87/91, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico; *Substitutivo ao PLC nº 63/93, que altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas; *Substitutivo ao *PLC nº 71/95, que amplia os limites do Parque Nacional do Superagui; *PLS nº 280/95, que cria área de livre comércio nos municípios de Pamaíba e Luís Correia/PI; *Projeto de Resolução nº 53/96, que cria a Rádio Senado; e votação, em turno único, de cinco requerimentos.

19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Discussão, em turno único, de várias medidas provisórias.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria a Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a criação e instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de duzentos mil habitantes; *PLS nº 235/95 (terminativo), que dispõe sobre o crime de assédio sexual; *PLS nº 17/96 (terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; *PLS nº 189/95 (terminativo), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tri-

bunal de Contas da União; *PLS nº 324/95 (não terminativo), que proíbe a comercialização, o consumo e qualquer tipo de publicidade de produtos derivados do tabaco, no âmbito dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus ou equivalentes; *PLC nº 44/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Mineiros; e *PLC nº 80/93, que obriga o poder público a publicar a lista dos devedores da Fazenda Pública federal, estadual e municipal e de suas autarquias. Sala 03, Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 189/96, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo destinada ao financiamento parcial do Projeto de Reestruturação da Rede Ferroviária Federal; *Mensagem 359/95, que encaminha a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1995; *Mensagem nº 200/96 (não terminativo), que solicita autorização para contratar operação de crédito destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde-ReforSus; *PLC nº 43/95 (não terminativo), que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, o Fundo da Marinha Mercante e a Fundação Nacional dos Trabalhadores na Construção e Reparação Naval, Trabalhadores Marítimos e Trabalhadores em Atividades de Apoio Operacional em Empresas de Navegação Marítima; *PLC nº 104/95, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; *PLC nº 119/95 (não terminativo), que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-Sebrae; *PLS nº 99/95-Complementar, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; *PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Sala 19, Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.511/96, que dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste.

Pauta: Reunião de instalação, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente e designado o relator da matéria. Sala 02, Ala Senador Nilo Coelho.

Senado garante direitos para empregados domésticos

Emenda da senadora Benedita da Silva exclui a exigência do atestado de boa conduta do contrato de trabalho. Substitutivo depende ainda de deliberação da Câmara dos Deputados

Novas regras simplificam a mineração

O Senado aprovou ontem e enviou para a Câmara dos Deputados projeto de lei vindo daquela Casa, de iniciativa do presidente da República, para simplificar e desburocratizar o acesso aos recursos minerais do subsolo brasileiro. Relator da matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) disse que o texto aprovado permitirá a racionalização de procedimentos, redução de custos e simplificação de controles e processos exigidos para a exploração de recursos minerais no território brasileiro.

Pelo texto aprovado, não estarão sujeitos aos preceitos do código os trabalhos de movimentação de terra necessários à abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplanagem e edificações, desde que não haja comercialização das terras e que o seu aproveitamento fique restrito à utilização na própria obra. Foi aprovada emenda estabelecendo que essas penalidades serão aplicadas gradativamente e sempre mediante instauração do correspondente processo administrativo. O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), insurgiu-se contra a emenda, alegando que, se o projeto visa desburocratizar o Código de Mineração, essa exigência serviria apenas para engessá-lo.

O projeto dispõe que o titular de concessão de lavra poderá obter a suspensão temporária da exploração, bem como renunciar a ela.

O Senado aprovou ontem e enviou para a Câmara dos Deputados substitutivo a projeto oriundo daquela Casa que assegura aos trabalhadores domésticos os seguintes direitos: salário mínimo, irredutibilidade do vencimento, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, licença-gestante de 120 dias, licença-paternidade de cinco dias, aviso prévio, aposentadoria, FGTS, seguro desemprego, vale-transporte e alimentação suficiente e sadia, na qualidade consumida pelo patrão.

O mesmo projeto dispõe que, para admissão no emprego, o

trabalhador doméstico deverá apresentar carteira de trabalho e atestado de saúde. Deverá também fornecer, quando solicitado pelo empregador, referências sobre sua vida profissional, cumprir a jornada de trabalho, manter-se em boas condições de higiene e dar aviso prévio de 30 dias ao empregador, quando resolver deixar o emprego.

O empregador doméstico poderá descontar do salário do empregado as horas não trabalhadas, assim como a moradia fornecida, quando propiciar salubridade, privacidade, alimentação e vestuário doméstico ade-

quados. Ao empregador é assegurado também não receber em casa os familiares ou pessoas da relação do empregado no local de trabalho.

Na sessão, foi aprovada emenda da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) excluindo a exigência do atestado de boa conduta do contrato de trabalho do empregado. Ela alegou que a iniciativa partia do princípio de que os empregados domésticos seriam desonestos. Foi aprovada também emenda da senadora instituindo o FGTS, o seguro-desemprego e o vale-transporte para os domésticos. Benedita elogiou a decisão. **Ver página 8**

Aprovado registro único de identidade

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) instituindo o número único de registro civil foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. A proposta estabelece que cada cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, será identificado em todas as suas relações com a sociedade e os organismos governamentais e privados. "Com essa medida, o cidadão terá um número que o acompanhará o resto da vida, até sua certidão de óbito", disse o parlamentar, em defesa da iniciativa. O projeto, que teve como relator o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ainda deverá ser votado na Câmara dos Deputados.

Pela medida aprovada, o número único de registro civil será composto por um conjunto de duas letras para identificar a unidade da Federação, três letras para identificar o município e oito dígitos numéricos formadores do seqüencial, dentro de cada município/esta-



Pedro Simon



Ramez Tebet

do. Foi aprovada também uma emenda dispondo que o Poder Executivo definirá a entidade que centralizará as atividades de controle desse cadastro. Diversos senadores elogiaram a iniciativa simplificada de Pedro Simon durante a votação do projeto.

PROTESTO

As certidões expedidas pelos serviços de protesto de títulos deverão obrigatoriamente indicar, além do nome do devedor, o número da sua carteira de identidade ou CPF e o número do CGC, se pessoa jurídica. Projeto nesse

sentido foi aprovado pelo Senado, devendo voltar agora para nova deliberação da Câmara dos Deputados.

À pessoa que apresentar o título para protesto caberá fornecer esses dados, sob pena de recusa. Se não forem observadas essas exigências, ocorrerá a nulidade da certidão, devendo o responsável pagar multa correspondente a 30 dias-multa. A penalidade deverá ser aplicada pelo juízo competente para a fiscalização e seu valor reverterá em favor do Estado.

Alcântara defende regras para lobbies

A regulamentação da atividade, segundo o senador, possibilitará maior transparência do trabalho dos profissionais. Projeto de resolução, aprovado pela CCJ, vai a plenário



Carlos Bezerra

Carlos Bezerra anuncia início de obras na BR-174

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) anunciou ontem ter obtido do diretor-geral do DNER a definição de que serão iniciadas obras de recuperação de vários trechos da rodovia federal BR-174 que liga o Mato Grosso a Rondônia e Acre. Informou o senador que essa rodovia estava ameaçada de ser totalmente destruída com as próximas chuvas e que, devido a seu precário estado de conservação, vinha sendo obstaculada por movimentos de protesto promovidos por caminhoneiros.

Bezerra informou ter estado pela manhã com a direção do DNER que determinou a execução de duas obras de emergência, com a pronta convocação de firmas empreiteiras, numa extensão total de 265 km da BR-174. Disse o senador que está prevista para novembro próximo a abertura de concorrências para a realização de obras que "solucionarão em definitivo a grave situação atual".

O senador defendeu a criação de um fundo especial de recursos para a construção e conservação das estradas federais brasileiras e considerou "um grande erro a Constituição de 1988 ter extinguido o Fundo Rodoviário Nacional.

O plenário do Senado deve aprovar imediatamente o projeto de regulamentação do lobby para que a sociedade tome conhecimento de quem está trabalhando nessa atividade e saiba diferenciar o lobista que está no Congresso "fazendo o quê e para quem". Foi o que disse ontem, em entrevista, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao defender projeto de resolução de sua autoria reapresentando proposta do então senador Marco Maciel, de legalização do lobby pelo Legislativo, que foi arquivado pela Câmara dos Deputados.

Na sua opinião, as pressões de profissionais para que determinadas áreas de interesse social e humanitário tenham matérias aprovadas no Congresso "são válidas, ao passo



Lúcio Alcântara

que outras, de interesses diversos, inclusive comerciais e empresariais, não são prioritárias e estariam submetidas ao crivo da sociedade, caso fosse aprovada a proposta dentro do mais curto prazo".

Lúcio Alcântara defende no projeto que todas as pessoas que desejarem tratar de interesses de ordem social ou co-

mercial dentro da Casa terão que se cadastrar na Secretaria Geral da Mesa. "É um registro do profissional, que passará a ser fiscalizado por um setor competente. As pessoas terão que atuar dentro da lei e as faltas serão evidenciadas e punidas", explicou, ressaltando que haverá maior transparência no papel dos interlocutores.

EM PAUTA

A matéria já foi aprovada pela CCJ e aguarda vez na pauta do plenário. Alcântara acrescentou que os senadores não criarão dificuldades para aprová-la diante dos argumentos incluídos no projeto, destacando a necessidade de acompanhamento de matérias de cunho "social e generoso" por profissionais representantes de entidades.

Simon estranha rapidez do governo na liberação das tarifas bancárias

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) precisou de um ano e meio para ser aprovada, enquanto a cobrança pelos serviços bancários foi liberada pelo governo muito rapidamente.

- Não entendo por que o governo tem essa simpatia exagerada pelo sistema financeiro. Liberou assim num *vapt-vupt*, sem mais nem menos, todas as tarifas bancárias - disse o senador.

Simon lembrou que a CPMF foi aprovada com muito debate, protestos variados, e ainda não foi regulamentada pelo Executi-

vo. Inversamente, três pessoas decidiram a liberação das cobranças bancárias numa reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN).

- Na verdade, apenas duas pessoas, pois integram o CMN os ministros do Planejamento e da Fazenda, e o presidente do Banco Central, subordinado ao último ministro - disse Simon. - Onde está a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo? Onde está a Confederação Nacional da Indústria? Essas entidades fizeram oposição organizada contra a CPMF e não disseram uma palavra em relação à decisão do CMN.

Para o senador Pedro Simon, depois do Proer e da extinção de uma CPI constitucionalmente legítima - a

CPI dos Bancos -, "foi demais" o governo liberar tarifas bancárias, permitindo, inclusive, a cobrança de uma mensalidade para se ser cliente de qualquer banco.

O senador comparou ainda a orientação do governo Itamar Franco, de quem foi líder, com a do governo Fernando Henrique Cardoso em relação à composição das diretorias de bancos estatais. No governo anterior, disse, essas diretorias não podiam ser exercidas por "gente ligada ao sistema financeiro". Já no governo atual, frisou, "alguns diretores do Banco Central vieram diretamente do sistema financeiro".

Jonas cobra recursos para safra 96/97

O atraso na definição das normas operacionais desgasta o governo e os parlamentares, aumenta o descrédito e desestimula a atividade agrícola no País, adverte senador

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ontem que o governo defina as normas operacionais e recursos para viabilizar o Plano de Safra 1996/97 que, embora tenha sido anunciado em julho passado, em solenidade no Palácio do Planalto, até agora não teria sido implementado.

- Como o agricultor pode acreditar e ter a necessária confiança no governo federal, se as medidas anunciadas não são cumpridas? - indagou o senador. - É neces-



Jonas Pinheiro

sário que esses assuntos sejam tratados com mais seriedade e profissionalismo por parte do governo federal.

Para Jonas Pinheiro, é in-

justificável que situações dessa natureza venham se repetir a cada ano, desgastando o governo federal, os parlamentares e, o que é mais grave, aumentando o descrédito e o desestímulo no campo.

O senador afirmou que as normas operacionais não foram divulgadas e os agentes financeiros não dispõem de recursos para assegurar as contratações, inclusive para as anunciadas e esperadas operações de pré-custeio e aquisição do governo fede-

ral (AGF).

- Lamentavelmente, o governo federal repete o ocorrido em anos anteriores - disse Jonas Pinheiro. - As promessas não são concretizadas, aumentando, ainda mais, a descrença dos agricultores e a sua insegurança com a política anunciada. Em 96, o fato se reveste de maior gravidade, pois o Plano de Safra foi anunciado com antecedência, com a garantia de que as medidas seriam implementadas em tempo hábil.

Eduardo Suplicy questiona demissões na Light

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que, ao estabelecer uma política de aumento da produção, com redução de custos, a nova administração da Light iniciou um processo de demissões em massa de seus trabalhadores com critérios que contrariam normas de bom senso. Ele considerou inadmissível que os processos de privatização concorram para o quadro de recessão e desemprego que atinge o País.

- A Light possui, hoje, centenas de trabalhadores em condições de aposentadoria, com os quais a empresa poderia entabular negociações visando atingir seu objetivo de reduzir custos - afirmou Suplicy. - Essa intranquilidade gerada pela direção da empresa aumentou o número de aciden-

tes no trabalho. No primeiro semestre deste ano, o número de horas paradas por acidentes foi cerca de 30% maior que nos últimos três anos.

O senador dirigiu sua preocupação diretamente ao ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito. Ressaltou que os recursos utilizados para o financiamento da privatização da Light são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que, nominalmente, pertence ao conjunto dos trabalhadores brasileiros. Disse ainda que, de acordo com informações fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro, 69,44% dos trabalhadores constantes da primeira lista de 400 demissões estão acima de 40 anos de idade e que 47,22% do total têm de 15 a 20 anos de empresa.



Eduardo Suplicy

OLIMPIADAS

O senador Eduardo Suplicy registrou nos anais do Senado Federal os nomes de todos os atletas brasileiros que obtiveram medalhas nas Olimpíadas de Atlanta. Ele destacou que o Brasil teve o seu melhor desempenho e, além dos atletas, toda a delegação brasileira deve ser enaltecida. O senador cumprimentou os Estados Unidos e a Rússia pelos 1º e 2º lugares nas competições olímpicas e destacou es-

pecialmente o feito de Cuba, que obteve um 8º lugar apesar de todas as agruras sofridas por aquele país em consequência do bloqueio econômico dos Estados Unidos. Suplicy defendeu que as Olimpíadas de 2004 sejam realizadas no Brasil e lamentou os episódios que mancham o espírito olímpico, como uma bomba que explodiu em Atlanta, a que supostamente derrubou o avião da TWA, bem como o comportamento argentino em relação a brasileiros e nigerianos, que resultou na morte de um torcedor brasileiro em Buenos Aires.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, à semelhança dos australianos, o Brasil deve preparar-se com bastante antecedência para sediar as Olimpíadas do ano 2004.

Tempo de contribuição prejudica os trabalhadores, diz Fogaça

Setores não organizados de pequenos assalariados terão dificuldade para usufruir a aposentadoria, prevê senador

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou ontem ter severas desconfianças quanto à comprovação do tempo de contribuição como critério para a aposentadoria. A seu ver, os setores não organizados de pequenos assalariados terão enorme dificuldade para usufruir o direito à aposentadoria, mesmo que não caiba a eles a comprovação.

- Os trabalhadores de baixa renda contribuem esporadicamente porque, com menor qualificação e por necessidade de sobrevivência, são obrigados a prestar serviços informais. A informalidade é a realidade predominante desses trabalhadores - afirmou Fogaça.

O tempo de contribuição é critério já aprovado pela Câmara dos Deputados, mas, na opinião de Fogaça, o Senado terá que reorganizar o projeto de reforma da Previdência.

- Esta é a principal e mais séria matéria tramitando no Senado, que deverá apreciá-la



José Fogaça

sem submeter-se ao governo, à Câmara dos Deputados, ao Ministério da Previdência ou às corporações - disse o senador. - Estou certo de que os senadores farão mudanças positivas, sobretudo no sentido da justiça social, eliminando privilégios e protegendo os pequenos assalariados.

O senador Fogaça acredita que o critério do tempo de contribuição, assim como o do tempo de serviço, caracteriza-se por enorme injustiça. A seu

ver, o ideal seria uma fórmula que, levando em conta a realidade atuarial da Previdência, combinasse critérios apropriados a cada realidade de trabalho. Como exemplo, ele destacou a situação dos trabalhadores rurais, de quem não se pode cobrar uma contribuição efetiva e regular.

Conforme o senador, o atual regime de repartição funcionou relativamente bem no Brasil, mas, no mundo moderno, o sistema previdenciário é a base da independência e da soberania econômica de um país, por representar a poupança interna que alavanca a capitalização da economia nacional.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que os senadores não terão autoridade para fazer a reforma da Previdência se conservarem privilégios. Ele defendeu a adoção de um único critério para a aposentadoria dos setores público e privado.



Júlio Campos

Júlio Campos pede defesa para Chapada dos Guimarães

Ações concretas para a defesa correta do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, de modo a impedir que o seu meio ambiente continue sendo agredido por constantes invasões, foram solicitadas ontem ao governo federal pelo senador Júlio Campos (PFL-MT).

O senador observou que tem sempre procurado defender, por todos os meios, a integridade da área contra a ação dos predadores, mas nessa luta sente falta da presença decisiva do governo.

- Esse é um santuário ecológico composto de belas paisagens e detentor de fabuloso potencial turístico. Até agora, não conhecemos os verdadeiros motivos de o Ibama não ter tomado nenhuma providência para conter as constantes invasões de terras na área do parque e também na região do Vale do Rio Claro, um dos mais graves focos da grilagem na reserva ambiental - disse o senador.

Para Júlio Campos, o Ibama tem perfeito conhecimento dessas invasões e também sabe que a maior parte das áreas foram invadidas por pessoas de nível cultural e econômico bem superior ao dos sem-terra.

Dutra lamenta voto governista sem análise

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ressaltou ontem lamentar que a bancada governista no Senado vote contra qualquer proposição apresentada pelos opositores sem se preocupar com o exame de mérito.

- Mesmo quando tento agir como líder do governo, sou derrotado - comentou o líder do PT. - Um destaque de minha autoria deixou de ser aprovado na votação do Código de Mineração simplesmente porque um assessor do ministro de Minas e Energia,

Raimundo Brito, chegou cinco minutos após a votação, sem ter podido comunicar à bancada majoritária que a matéria era de interesse daquele ministério.

Dutra explicou que o destaque visava à retirada de dispositivo que, apesar de contrariar os objetivos do projeto, acabou sendo preservado. O líder do PT disse que a retirada do dispositivo em questão tinha sido sugerida por ele com base em sua experiência profissional e, encaminhada para exame do Ministério de Minas e



Eduardo Dutra

Energia, acabou obtendo a concordância do ministro Raimundo Brito.

Benedita destaca aprovação de projeto em favor de domésticos

Senadora aponta a existência de 3 milhões desses trabalhadores, dos quais apenas 500 mil são cadastrados pela Previdência Social

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) exaltou ontem a aprovação do projeto de lei que estende ao trabalhador doméstico os mesmos direitos dos demais trabalhadores. Ela disse sentir especial alegria com essa conquista exatamente por já ter sido ela própria uma empregada doméstica.

Benedita da Silva informou que existem hoje no Brasil cerca de 3 milhões de empregados domésticos, mas apenas 500 mil cadastrados na Previdência Social. Desse total, ela calcula que 80% são mulheres. Acrescentou que esse seg-



Benedita da Silva

mento profissional continua sendo regido, em suas relações de trabalho, por uma legislação obsoleta e discriminatória que o deixa rele-

gado a uma situação de inferioridade.

A senadora falou da luta por ela desenvolvida durante a Assembléia Nacional Constituinte para que fosse garantido aos domésticos o direito ao salário mínimo fixado em lei, ao décimo terceiro salário, ao repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, licença-gestante, licença-paternidade, aviso prévio e aposentadoria. Lembrou que a Constituição federal aproxima-se do oitavo aniversário sem que os mais importantes desses direitos tenham sido regulamentados.



Flaviano Melo

Corte em verba para hanseníase preocupa Flaviano

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) afirmou ontem que é "extremamente preocupante o corte de 100% dos R\$ 34 milhões constantes no Orçamento da União para o Programa de Ações de Normatização e Coordenação do Controle da Hanseníase e outras doenças, conforme publicado no *Diário Oficial* da União, de 29 de maio último. Ele fez um apelo para que o governo federal, ao invés de cortes, aplique mais investimentos com o objetivo de erradicar a hanseníase até o ano 2000.

Segundo o senador, os recursos de R\$ 34 milhões já eram pouco diante da necessidade do setor. Com o corte, afirmou, a situação fica ainda pior e a esperança de se atingir a meta estabelecida pela Organização Mundial de Saúde fica comprometida.

Flaviano informou que dados da Organização Mundial de Saúde, de 1991 a 1995, demonstram que a prevalência da doença no País diminuiu 56%. No entanto, a possível redução de recursos prejudicará os avanços obtidos até agora no controle da doença e, em particular, no estado do Acre.

O senador revelou que números do Ministério da Saúde demonstram que o seu estado, em termos de prevalência, possui 755 casos, o que significa mais de 16 casos em cada 10 mil habitantes, ou seja, o dobro da média nacional.

Ademir elogia cartilha sobre estatuto do menor

Na opinião do senador Ademir Andrade (PSB-PA), o desconhecimento e os julgamentos apressados ou preconceituosos impedem que o Estatuto da Criança e do Adolescente se consolide como um instrumento de cidadania. Por essa razão, ele elogiou ontem a iniciativa da República de Emaús e do Instituto Universidade Popular, ambos de Belém do Pará, de publicar uma cartilha com o conteúdo do estatuto em linguagem popular.

- Letra morta para a maioria das crianças e adolescentes brasileiros, o estatuto, sancionado em 1990, teve precária implantação devido ao concomitante aprofundamento da crise nacional e ao sucateamento dos serviços públicos,



Ademir Andrade

principalmente nas áreas de saúde e educação. O problema das crianças e adolescentes não é meramente quantitativo, pois envolve a qualidade de vida e o amadurecimento da sociedade. Mesmo

assim, é impossível ficar indiferente aos números - afirmou o senador.

Ademir Andrade citou dados do Unicef dando conta da existência de 100 milhões de meninos de rua no mundo, 40 milhões na América Latina, sendo que 20 milhões deles no Brasil.

- Segmento mais fragilizado da sociedade, as crianças e adolescentes não dependem apenas de boas leis. É necessário torná-las conhecidas para que sejam aplicadas. Assim como o próprio estatuto resultou da mobilização de amplos setores da população brasileira, sua aplicação também exige mobilização de comunidades, escolas, pais e educadores - defendeu o senador.

Suassuna condena calote nas escolas

Senador critica o governo por não oferecer opção na rede pública e ao mesmo tempo penalizar os estabelecimentos privados com medidas provisórias inadequadas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que as 26 medidas provisórias editadas para regular a cobrança das mensalidades nas escolas particulares tiveram como efeito a institucionalização do calote nesse setor. A seu ver, o governo precisa ter o cuidado de não levar à falência a escola particular com essas medidas. Suassuna defendeu a realização de uma cruzada pelo fortalecimento da escola pública.

— É preciso que as autoridades caiam em si. Lamento que a incompetência na área pública tenha levado as escolas a essa situação. A escola privada deveria existir como uma escola complementar e não como a única opção, especialmente

para a classe média.

Ney Suassuna informou que o menor índice de inadimplência nas escolas é de 25%, chegando, em algumas, a 70%. A seu ver, isso ocorre porque a legislação vigente torna legal o calote. O senador citou o caso da Faculdade Integrada de Tapajós, cujos professores estão com os salários atrasados porque a maioria dos alunos está inadimplente. Segundo ele, 382 alunos são mantidos pelo crédito educativo, que não tem repassado àquela faculdade os re-



Ney Suassuna

ursos relativos à sua manutenção; além desses, outros 700 estão, igualmente, inadimplentes.

— O governo não fez o seu dever de casa, que é oferecer à população

uma escola pública boa e, no entanto, passou a tabelar a escola privada — afirmou Suassuna. — O governo descuidou do ensino público e agora investe contra a escola privada. Na sua incompetência, quer parar o que está sendo competente. Não se pode penalizar o que é efici-

ente. As instituições privadas estão se evaporando.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu como solução emergencial a extensão do crédito educativo para um maior número de alunos carentes. Disse que no estado do Paraná 2.500 alunos deixaram de pagar as mensalidades escolares por falta de recursos. Romeu Tuma (PSL-SP) apoiou o discurso de Suassuna e disse que os professores estão com salários miseráveis. “Eles não têm tempo de preparar aulas e o problema está se agravando a cada dia.” Também o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Ney Suassuna.

Lobão alerta para a importância dos investimentos crescentes em *software*

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou ontem artigo publicado por dois assessores do Senado, Francisco Sampaio de Carvalho e Francisco José dos Santos Braga, publicado no jornal *Correio Braziliense*. Segundo ele,



Edison Lobão

trata-se de importante alerta a todos os órgãos públicos de processamento de dados.

No artigo, intitulado “Tempo de mudança”, os autores consideram que a tecnologia de informação passa por uma verdadeira revolução, em que os investimentos em *sof-*

ware suplantam cada vez mais os que são feitos em *hardware*. A tendência que se firma, segundo eles, é a de desenvolvimento de programas básicos para diferentes atividades e processos dentro das organizações. As últimas três décadas, inversamente, trataram a informação como automatização de procedimentos administrativos para agilizar a execução de atividades operacionais.

Morre fundador do MDB em Santa Catarina

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou ontem seu profundo pesar pela morte de José de Miranda Ramos, ocorrida no último dia 4. Membro do antigo PTB, ele foi um dos fundadores do MDB em Santa Catarina.

Casildo Maldaner destacou que José de Miranda Ramos iniciou sua vida pública na cidade de Chapecó, onde foi promotor, vereador e prefeito, além de ter sido deputado estadual.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, RENAN CALHEIROS, RAMEZ TEBET, EMÍLIA FERNANDES, ROMEU TUMA E NEY SUASSUNA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ermandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social — Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação — Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo — Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa — José do Carmo Andrade
■ Editores — Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
■ Diagramação — Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos — Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal